

19. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO, NOS TERMOS DO ARTIGO 31º DO REGULAMENTO DO PDM PARA A CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESIGNADO POR “EDIFÍCIO E-REDES” PARA DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE E-REDES, SITO NA AVENIDA DR. PIRES GONÇALVES, Nº. 55 – UF BRAGA (S. JOSÉ DE SÃO LÁZARO E SÃO JOÃO DO SOUTO):

Submete-se à consideração do Executivo Municipal o reconhecimento de interesse público estratégico, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31º a 33º do Regulamento do PDM, com vista a que este delibere sobre:

- a) A dispensa do procedimento de avaliação ambiental estratégica;
- b) A abertura de um período de discussão pública não inferior a 20 dias úteis,

Tudo conforme proposta anexa da Direção Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento – DPOT – Divisão de Planeamento

Requerente: E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A.

Local da obra: Avenida Dr. Pires Gonçalves nº55, união de freguesias de Braga (S. José de S. Lazaro e São João do Souto).

Assunto: Proposta de reconhecimento de interesse público estratégico

Informação:

1. Solicita-se o reconhecimento de interesse público municipal no âmbito do conceito de empreendimento estratégico, nos termos do artigo 31º do RPDM, para construção de um edifício designado por "Edifício E-REDES" para desenvolvimento da atividade da E-REDES, sito na Avenida Dr. Pires Gonçalves nº55, união de freguesias de Braga (S. José de S. Lazaro e São João do Souto).
2. No âmbito da sua atividade, a E-REDES gere toda a rede de distribuição de energia elétrica, tendo como missão garantir o fornecimento de eletricidade para todos os consumidores, com qualidade segurança e eficiência, promover o desenvolvimento da rede de distribuição que suporte a transição energética, e assegurar a disponibilidade de serviços aos agentes de mercado.
3. Pretende efetuar obras de demolição parcial e edificação com ampliação do complexo de edifícios existentes, para aglomerar um conjunto de usos distintos, que incluem as instalações da E-REDES, ponto de atendimentos E-REDES, serviços integrados de Posto Médico e Medicina do Trabalho (Sávida), espaços de inovação, e estacionamento. Da proposta resulta uma área de implantação de 1 803m², área de construção de 2 854m², manutenção dos três pisos acima do solo existentes, construção de um piso abaixo do solo destinado a estacionamento (56 lugares), e aumento da área permeável para 2 825m². As condições são as indicadas na Memória descritiva apresentada, que inclui quadro de áreas planta de implantação e alçados.
4. O pedido encontra-se corretamente instruído, com:
 - a. Minuta do contrato de investimento com o Município de Braga;
 - b. Relatório de incidências territoriais, com indicação de impacto positivo em quase todos os descritores das incidências funcionais, ambientais, socioeconómicas, físico-formais e paisagísticas.
 - c. Memória Descritiva e Justificativa da proposta, quadro das áreas, plantas e alçados para conhecimento da pretensão, e os extratos cartográficos necessários à sua localização e enquadramento no PDM.
5. É solicitado o enquadramento nas alíneas a), b) e d) do nº1 do artigo 31º do PDM, por apresentar um elevado carater inovador ao nível das várias atividades que serão desenvolvidas pelos colaboradores e na componente de "cidades inteligentes" através da instalação de laboratórios colaborativos, por se tratar de um investimento na área do ambiente e energias renováveis, e por englobar um investimento de 2 500 000€.

6. Atendendo à fundamentação apresentada no relatório de incidências territoriais entendemos desnecessária a avaliação ambiental estratégica, estando o procedimento sujeito a discussão pública por período não inferior a 20 dias, em conformidade com o disposto no nº3 do artigo 32º do RPDM.
7. O terreno encontra-se classificado como Espaço de uso especial (UI2 - infraestruturas) e UOPG 22 – Área Sul da Cidade de acordo com a Carta de Qualificação do Solo do PDM e Zona Especial de proteção a Imóvel de Interesse Público (IC252) de acordo com a Planta de Condicionantes. O uso previsto de serviços tem enquadramento no nº1 do artigo 33º do RPDM, por se verificar que a pretensão prevê a ampliação do conjunto edificado existente, que correspondia a uma infraestrutura com disponibilização de serviços, otimizando a infraestrutura para a prestação de serviços inovadores nas áreas energéticas e ambientais. Em sede de licenciamento a operação urbanística encontrar-se-á sujeita a parecer obrigatório e vinculativo da DRCN.
8. A pretensão concretiza um dos objetivos estratégicos previstos no artigo 2º do PDM: Braga, um território para investir.
9. Em conclusão, o pedido encontra-se corretamente instruído, tem enquadramento no conceito de empreendimento estratégico, e pode ser enviado para reunião de câmara para que delibere sobre:
- a. A dispensa do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica;
 - b. A abertura de um período de discussão pública não inferior a 20 dias uteis.

CONTRATO DE INVESTIMENTO

ENTRE,

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de Direito Público n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4730-749 Braga, neste ato representada pelo Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, designado para efeitos do presente contrato por “**MB**”;

IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., pessoa coletiva n.º 504 807 706, com sede na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, Apartado 60, 4711-909 Braga, neste ato representada pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, _____, designada para efeitos do presente contrato por “**InvestBraga**”;

E

E- REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A., com sede na Rua Camilo Castelo Branco, 43, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva 504 394 029, com o capital social de 200.019.175,00 Euros, (duzentos milhões e dezanove mil euros e cento e setenta e cinco cêntimos), neste ato devidamente representada pelo Senhor Administrador Ângelo Manuel Sarmento, adiante abreviadamente designada por “**E-REDES**”;

CONSIDERANDO QUE

- A. Os Municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, de acordo com o disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea m), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;
- B. Para execução das referidas atribuições são outorgadas aos órgãos municipais competências ao nível do apoio à captação e fixação de empresas, emprego e investimento nos respetivos Concelhos, previstas nos artigos 25.º, n.º 2, alínea k), e 33.º, n.º 1, alíneas o), r) e u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;
- C. O regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga (PDMB) prevê a classificação de Empreendimentos Estratégicos, todos aqueles processos de licenciamento a que, por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta devidamente fundamentada da Câmara Municipal, seja reconhecido interesse público estratégico pelo seu especial impacto na ocupação do território, pela sua importância para o desenvolvimento económico e social do Concelho, ou pela sua especial funcionalidade ou expressão plástica ou monumental, carecendo da realização do presente contrato de investimento, previstas na Secção VI, no Artigo 31º do referido regulamento;
- D. A **InvestBraga** é uma empresa municipal, cujo capital social é integralmente detido pelo **MB**, que tem por objeto a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros, cabendo o papel de apoio e acompanhamento aos projetos de investimento e a monitorização da efetiva concretização dos contratos de investimento realizados pelo município com os investidores;

acima descritos e que servem de apoio à DIT. Ao mesmo tempo permitirá aos colaboradores da E- REDES interagir com os parceiros locais, celebrar protocolos com instituições de R&D e parceiros privados, e direcionar localmente projetos transversais da E-REDES que envolvem vários aspetos, por exemplo: componente de redes inteligentes; novos serviços e modelos de gestão na área iluminação pública inteligente; veículos elétricos; comunidades de energia e da transição energética em geral.

Relativamente ao CTEP equaciona-se a replicação do demonstrador da transição energética que será concebido e instalado no âmbito do Acelerador da Transição Energética do Porto. Ou seja, terá uma estrutura física, que poderá ser no átrio de entrada / lobby do edifício, com o hardware necessário à partilha pública e interativa dos dashboards e elementos informativos em termos semelhantes aos que vierem a ser definidos para o Porto;

- c) Compreende a natureza convencional e inovadora das atividades que serão efetuadas pelos colaboradores da E- REDES, que integram as estruturas locais da Direção aos Serviços Ativos MT/BT Norte (DSAN), sediadas em Braga. Estas estruturas servem de apoio à Direção Gestão de Vegetação (DGV), para a monitorização do desempenho da execução efetuada pelos parceiros da empreitada contínua na área de gestão da vegetação e diálogo com os proprietários e entidades locais. Além disso, estão envolvidas e participam no projeto VEGA que funciona como uma incubadora de soluções mais eficientes e que agrega todos os esforços da empresa no âmbito da coexistência da rede elétrica e da floresta, património essencial para o desenvolvimento sustentável do país. São exemplo, a implementação de algoritmos preditivos de intervenção e dashboards, passando pela atuação no terreno com recurso a imagens de drone e de satélite, bem como pelo registo do que foi executado através da mobilidade;

- e) Considera o caráter inovador das atividades que serão desenvolvidas pelos colaboradores da E-REDES, que integram as equipas da Direção Operacional de Redes Inteligentes (DORI), sediadas em Braga, cujo foco de atuação é, essencialmente, a instalação e manutenção da atual infraestrutura Inovgrid (Rede Inteligente).

Existe um plano de finalização da instalação de EMI (Equipamentos de Medição Inteligentes) na rede de baixa tensão normal até final de 2024, sendo que a BTE (baixa tensão especial) e a MT (média tensão) estão totalmente sustentadas numa rede de serviços de Telecontagem. As equipas da DORI fazem também o acompanhamento das equipas dos prestadores de serviços externos no terreno, ao mesmo tempo que exploram e implementam novas tecnologias, como o caso de comunicações de dados de forma segura (ciber-segurança) e eficaz (com incremento da sua resiliência).

Em termos das Redes Inteligente, desenvolvem ações que visam o preenchimento da totalidade dos PTD (postos de transformação distribuição) com infraestrutura de DTC (Concentrador dos Dados recolhidos pelos EMI) e a totalidade dos lares com EMI, o que aporta valor para a empresa, mas também para a comunidade traduzindo-se em: i) maior conforto e celeridade na execução de serviços comerciais (OT); ii) exatidão das faturas sem estimativa; iii) maior facilidade na deteção de fraudes e controlo de perdas comerciais.

Para alcançar o objetivo de ter a totalidade dos lares a funcionar com Redes Inteligentes estão previstas várias iniciativas como, por exemplo: i) campanha para infraestruturar a totalidade dos PTD com DTC; ii) campanha de substituição

- f) Partes – A InvestBraga, o MB e a E- REDES;
- g) Projeto / Empreendimento – Construção de novas instalações da E-REDES, de acordo com o Plano de Investimento que constitui o **Anexo I** ao presente Contrato;
- h) Período de Investimento - O período compreendido entre a data da assinatura do presente Contrato e o período subsequente de 3 (três) anos.
- i) Vigência do Acordo – Período correspondente ao Período do Investimento.

CAPÍTULO II CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

CLÁUSULA 2.ª OBJETIVOS DO PROJETO

- 1) Constituem objetivos do Projeto:
 - a) A realização, durante o Período do Investimento, de um investimento que se estima em €2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros), de acordo com o Plano de Investimento incluído no **Anexo I** ao presente Contrato;
 - b) A construção de novas instalações, melhor identificadas na planta incluída no **Anexo II** ao presente contrato, no valor de €2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros);
 - c) A previsão de instalação de um valor estimado de 80 postos de trabalho;
 - d) A constituição de um conjunto de espaços próprios da **E-REDES**, para o desenvolvimento da sua atividade, contemplando a índole inovadora das atividades que serão desenvolvidas pelos colaboradores da **E-REDES** em Braga, no “Laboratório da Direção aos Serviços Ativos MT/BT Norte (DSAN)”, pelas equipas da Direção Operacional de Redes Inteligentes (DORI), cujo foco de atuação é, essencialmente, a instalação e manutenção da atual infraestrutura Inovgrid (Rede Inteligente). Abrange inovação na componente de “cidades inteligentes” do novo edifício, designadamente, através da instalação de um “Laboratório Colaborativo para a Transição Energética e as Cidades Inteligentes” e ponderando a instalação de um “CTEP – Centro para Transição Energética”. Prevê a criação de um espaço de coworking e um conjunto de salas vocacionadas para empresas start-up.
- 2) O cumprimento das obrigações e dos objetivos da presente Cláusula estará condicionado à não ocorrência de eventos suscetíveis de serem considerados Força Maior ou Alteração das Circunstâncias («hardship»).
- 3) A verificação de casos de Força Maior ou de Alteração das Circunstâncias será reconhecida por conciliação das Partes ou por recurso aos tribunais competentes da Comarca de Braga.

CLÁUSULA 3.ª CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO

O Projeto será concretizado pela **E- REDES** nos termos e condições indicados no presente Contrato.

CLÁUSULA 4.ª ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

- 1) Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, incumbirá a **InvestBraga** a responsabilidade de acompanhar o presente projeto, devendo a **E- REDES**

INCUMPRIMENTO PELA E- REDES

- 1) Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, no número 2 da Cláusula 2.ª, no número 3 da cláusula 6.ª, e no número seguinte da presente Cláusula, no caso de não cumprimento pela E- REDES de qualquer dos objetivos ou de qualquer das obrigações que lhe estão fixados nos termos e condições deste Contrato e respetivos Anexos, o MB, mediante comunicação enviada à E- REDES, poderá resolver o Contrato, independentemente de qualquer interpelação, implicando a perda do reconhecimento de projeto / empreendimento de interesse público estratégico.
- 2) Sem prejuízo do disposto no número 1, constituem também fundamento de resolução a prestação pela E- REDES de informações falsas sobre a sua situação ou viciação de dados fornecidos na apresentação, apreciação e acompanhamento do Projeto.
- 3) A comunicação da decisão de resolução referida no número 1 produz efeitos imediatos, independentemente de qualquer outra formalidade.

CAPÍTULO V INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO, APLICAÇÃO DO CONTRATO DE INVESTIMENTO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 9.ª PRINCÍPIO GERAL

Sempre que entre as Partes Contratantes se suscitem dúvidas quanto à interpretação, aplicação ou integração do presente Contrato ou se suscitar litígio ou situação de Força Maior ou de Alteração das Circunstâncias, aquelas envidarão os melhores esforços para obter o acordo ou resolverem amigavelmente as divergências ou litígios.

CLÁUSULA 10.ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios emergentes do presente Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 11.ª ANEXOS

Fazem parte integrante do Contrato, para todos os efeitos legais e contratuais, os seguintes Anexos:

Anexo I: Plano de Investimento;

Anexo II: Planta do local de implementação do projeto.

CLÁUSULA 12.ª COMUNICAÇÕES

- 1) Quaisquer comunicações ou notificações previstas no Contrato, salvo disposição específica em contrário, serão sempre efetuadas por escrito e remetidas:
 - a) Em mão, desde que comprovadas por protocolo;
 - b) Por correio registado com aviso de receção.

